

Público	Periodicidade: Diário
24-11-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,14

25 de Abril

Programa dos 50 anos só será aprovado em Janeiro

Comissão Nacional reuniu-se, pela primeira vez, esta semana. Demora no arranque não afecta atribuição de verbas **Política, 14**

Após 17 meses, programa dos 50 anos do 25 de Abril só será aprovado em Janeiro

Nuno Ribeiro

Comissão nacional reuniu-se pela primeira vez na segunda-feira. Demora no arranque não põe em causa atribuição de verbas

O atraso na convocatória da primeira reunião da comissão nacional do 50.º aniversário das comemorações do 25 de Abril leva a que só em Janeiro seja fechado o programa. Apesar desta demora, as iniciativas têm-se sucedido. Foi na segunda-feira, 21 de Novembro, que a comissão nacional, presidida pelo Presidente da República, se reuniu pela primeira vez, em Belém.

Neste encontro, compareceram os "sete magníficos", como na gíria do protocolo é apelidado o topo da hierarquia do Estado – Presidente da República, presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro e presidentes dos quatro tribunais superiores (Constitucional, Supremo, Administrativo e de Contas) –, a que se juntaram o ministro da Cultura, com a tutela das comemorações, Vasco Lourenço, em representação da Associação 25 de Abril indicado pelo Governo, e a comissária Maria Inácia Rezola.

Na reunião teve lugar uma primeira abordagem ao programa, pelo que estava fora de causa que fosse aprovado naquele momento. Aliás, a comissão nacional – presidida por Marcelo Rebelo de Sousa depois de o antigo Presidente da República Ramalho Eanes ter pedido escusa –, para continuar com aquelas funções, cabe a responsabilidade formal de aprovação do programa. Tal acontecerá em Janeiro próximo, em data a anunciar, após a ponderação dos membros daquele órgão.

Apesar da programação ficar só definida no início do próximo ano, 17 meses após o Conselho de Ministros ter determinado a realização das comemorações a 4 de Junho de 2021 e cerca de oito meses depois da nomeação da professora e historiadora Marta Inácia Rezola para dirigir a comissão executiva da estrutura de missão em substituição de Pedro Adão e Silva, entretanto nomeado ministro da Cultura, há trabalho e iniciativas já realizadas.

Belém admite, no curto comunicado de dois parágrafos no site da Presidência, que a celebração da reunião da comissão nacional não impediu a realização de iniciativas. Foi o caso da de 23 de Março, que no calendário marcou o mesmo tempo

de ditadura e de democracia, e a de 24 do mesmo mês, coincidindo com o Dia Nacional do Estudante, uma exposição comemorativa dos 60 anos da crise académica de 1962, em que se celebrou ainda mais tempo de vigência do regime democrático do que a excepção ditatorial.

Já foram, pois, e vão continuar a ser cumpridas várias iniciativas, apesar de não estar estabelecido o programa por demora institucional. O PÚBLICO questionou a Presidência da República sobre este facto – "O que motivou a demora da convocatória da reunião da comissão nacional?" – e não obteve qualquer esclarecimento.

Recorda-se que em declarações no Parlamento, a 9 de Novembro, após a apresentação do orçamento da

Cultura, o ministro Pedro Adão e Silva revelou que só quando o programa estiver fechado revelará os apoios económicos dos protocolos previstos da estrutura de missão com a Direcção-Geral das Artes e Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT).

Seminários e debates

No entanto, o PÚBLICO apurou que, para 2023, a programação através de concursos públicos tem parcerias com a Direcção-Geral das Artes e o Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA) e a concessão de bolsas da FCT para pequenos projectos de investigação já têm dotações. Assim, será de 800 mil euros o apoio a documentários e primeiras obras do ICA, enquanto à Direcção-Geral das Artes estão atribuídos um milhão de

Apesar da demora e de a comissão nacional para as comemorações só se ter reunido, pela primeira vez no início desta semana, têm decorrido várias iniciativas

euros para programação e criação.

Deste modo, a demora na aprovação formal do programa não terá efeitos negativos nas iniciativas, nem prejudicará o calendário, em que avulta a comemoração dos 50 anos da vigília da Capela do Rato (ver caixa).

Estas comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, que se prolongam até 2026, quando decorre meio século da aprovação da Constituição da República, não centralizam outras iniciativas. Assim, a Associação 25 de Abril vai manter as suas habituais comemorações encarando com bons olhos que outras instituições, como as autarquias, promovam actos.

Augusto Santos Silva, presidente da Assembleia da República, lançou a 1 de Novembro uma consulta pública para o programa de comemorações do Parlamento dos 50 anos da revolução do 25 de Abril e da Constituição. Esta consulta pública decorre ao longo de Novembro e destina-se a recolher ideias dos cidadãos sobre iniciativas a desenvolver durante as comemorações.

Em mensagens vídeo divulgadas nas redes sociais (designadamente no Twitter) e na página oficial do Parlamento, o ex-ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros refere que a Assembleia da República terá o seu próprio programa centrado na institucionalização da democracia pluralista em Portugal: as primeiras eleições (no dia 25 de Abril de 1975) e todas as seguintes, parlamentares, presidenciais, nas regiões autónomas e autarquias locais. Os alvos têm em especial atenção os jovens.

Para as próximas semanas, a 28 e 29 de Novembro, está agendado o seminário "Autoritarismo e Democracia", numa organização da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, numa parceria com a estrutura de missão do 50.º aniversário e com a Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

Já a 30 de Novembro decorre um ciclo de conferências sobre visões da guerra e das independências 1961-1975, com o subtítulo "Como a guerra colonial me abriu os olhos e me levou ao 25 de Abril", no qual um dos oradores é Vasco Lourenço. E a 3 e 4 de Dezembro, no Teatro Municipal Joaquim Benite, em Almada, vai à cena a peça *Ainda Marianas*, a partir das *Novas Cartas Portuguesas* e do julgamento em tribunal plenário da ditadura das suas autoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa.



Comissão para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril reuniu-se pela primeira vez na segunda-feira

Quando a Igreja se revoltou

A vigília da Capela do Rato, quando sectores da Igreja portuguesa responderam à afirmação do Papa

Paulo VI de que a paz é possível, é marco nas comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril.

A iniciativa decorre de contactos realizados com o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, e marca o

despertar crítico da Igreja, e dos católicos progressistas, face à guerra colonial e à ditadura.

A 8 de Dezembro, Marcelo Rebelo de Sousa, Helena Carreiras, o padre António Janela e Luís Moita, no âmbito da mostra expositiva sobre aqueles acontecimentos, debatem a resposta à pergunta de Paulo VI. No dia 14, são Isabel do Carmo, Francisco

Cordovil e Jorge Wemans que testemunham a sua participação, e há um documentário da RTP com debate.

No dia seguinte, os historiadores António Matos Ferreira, António Araújo, João Miguel Almeida e Rita Almeida de Carvalho enquadram a vigília 50 anos depois. É inaugurada uma peça escultórica no Jardim das Amoreiras e descerrada uma placa na capela.

